PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PESQUISA/ INICIAÇÃO CIENTÍFICA

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: USO E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA PELOS PROFESSORES INDÍGENAS NA ALDEIA TE'YIKUÊ – CAARAPÓ/MS

Daiane Lemes (lemesday981@gmail.com)

Elâine Da Silva Ladeia (esladeia@gmail.com)

A Educação Escolar Indígena (EEI), é uma modalidade de educação desde 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988). Foi assegurada aos Povos Indígenas no Brasil uma educação específica, intercultural, diferenciada, bilíngue e/ou na língua materna. Cada povo, adquiriu o direito de fazer uso de sua epistemologia, ou seja, os processos próprios de aprendizagem para propor o currículo específico e/ou intercultural de sua Escola Indígena e de seu coletivo de professores/as. De acordo com Gersem Baniwa (2019, p. 200), os Povos Indígenas no Brasil optaram pela escolarização, junto com suas lideranças, para que dominassem os códigos socioculturais, políticos e epistemológicos da sociedade nacional e os colocasse em diálogo com os códigos culturais, cosmovisão e epistemologia de cada povo indígena, no intuito de fortalecer o protagonismo e a autodeterminação no sentido de constituir a autonomia. A luta pela EEI perpassa pela territorialidade dos grupos étnicos em seus territórios tradicionais. As escolas indígenas são uma das maneiras dos povos indígenas gestarem a territorialidade, (re) produzindo e atualizando suas línguas e culturas. As categorias Escola Indígena e Professor/a Indígena, tal como a categoria Terra Indígena, são estabelecidas em lei federal, e ao mesmo tempo que são

ferramentas para a implementação da EEI pelos entes federados através das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação (BRASIL, 1999). O TEE Cone Sul possui vários docentes já habilitados em cursos superiores da UEMS, UFMS, e UFGD, cuja maioria estão atuando nas escolas indígenas, conforme apontam Noêmia Moura e Andreia Militão (2019; 2020; 2021); Maria Aparecida Mendes de Oliveira (2020) e Elâine da Silva Ladeia (2021). Paulatinamente, com o aumento numérico dos egressos/as das Licenciaturas específicas e dos cursos de formação de professores/as não específicos, foi aumentando a reivindicação dos grupos étnicos dos povos indígenas, principalmente os Kaiowá, Guarani, pela ampliação dos níveis de ensino nas Escolas Indígenas. Os povos indígenas pretendem implantar em suas escolas, currículos específicos, elaboração de materiais didáticos e a sistematização de conhecimento científico sobre os saberes indígenas no diálogo entre os/as professores/as, os anciãos e lideranças de seus territórios. Diante desse desafio de currículos específicos, em 2013, foi lançada a Política Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), que engloba diversas ações, tais como desenvolvimento de metodologias próprias para o ensino nas escolas indígenas, publicação de materiais didáticos e paradidáticos bilíngues ou monolíngues em língua materna. Inclui, ainda, preocupação com o atendimento às necessidades de transporte e alimentação escolar para as escolas indígenas; com o incentivo à Educação de Jovens e Adultos (EJA). E foi dentro dessa diretriz que a equipe de pesquisadores desse projeto desenvolveu a pesquisa com o objetivo de levantar, catalogar, os materiais didáticos de uso dos professores indígenas, a partir do diálogo e das necessidades da Escola Municipal Indígena Ñandejara Pólo e suas extensões, localizada na aldeia Te'yikuê/Caarapó- MS, onde foi analisado que os materiais didáticos CN, embora em pequena quantidade são existentes, mas, não são na língua materna, há uma preocupação com a produção de materiais dessa área, pelos professores atuantes no ensino de ciências da natureza.

Palavras-chave: educação escolar indígena; material didático; ensino de ciências.